

As Decisões de Brasília

Carla Madeira

O Brasil apresentou um ambicioso plano de integração física sul-americana, a realizar num período de 10 anos, e estimado em 210 mil milhões de dólares de fundos públicos e privados.

Nos dias 31 de Agosto e 1 de Setembro realizou-se em Brasília uma cimeira que reuniu, pela primeira vez, e a convite do Presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso, os 12 chefes de Estado do continente sul-americano. Esta reunião teve como principal objectivo identificar e discutir medidas para converter a América do Sul num espaço mais integrado e com maior peso no cenário internacional, partindo do pressuposto de que a coesão entre os países da região é a melhor forma de defender os seus interesses comuns face aos desafios da globalização e, em particular, nos processos de negociação com outros blocos regionais. Para além da integração económica e física da região, outros temas abordados no encontro foram a democracia, a pobreza, a violência e o narcotráfico.

No Comunicado de Brasília, documento emanado da cimeira, os Presidentes afirmam que o primeiro passo para a formação de um espaço económico sul-americano é a concretização de um acordo de livre comércio entre o Mercosul e a Comunidade Andina. Neste sentido, foi anunciado que o início oficial das negociações entre estes dois blocos (contando também com a participação do Chile, da Guiana e do Suriname) terá lugar neste mês de Outubro, com vista a assinar um acordo o mais tardar até 31 de Dezembro de 2001.

Deste modo, refere o documento, a ALCA será formada com base na consolidação dos processos sub-regionais de integração, e na coordenação das posições destes sub-blocos durante o processo negociador hemisférico; por outras palavras, a criação do espaço económico ampliado na América do Sul far-se-á com base no princípio do «regionalismo aberto». Não se trata, portanto, de colocar a integração sul-americana como alternativa à ALCA, mas antes de fortalecer o poder negociador da região nas negociações com os EUA (no âmbito da ALCA), assim como nas negociações com a UE, de forma a garantir resultados mais equilibrados para todos os países envolvidos. Isto explica também porque é que o México, integrado com a América do Norte na NAFTA, não foi, desta vez, convidado para uma reunião de países latino-americanos (embora estivesse presente um observador mexicano).

Relativamente ao objectivo de promover a integração física da região, foram identificados como sectores prioritários os transportes, a energia e as comunicações. Neste sentido, o Brasil apresentou um ambicioso plano de integração física sul-americana, a realizar num período de 10 anos, e estimado em 210 mil milhões de dólares de fundos públicos e privados. Para dar seguimento a esta proposta, foi marcada uma reunião de ministros de Transportes e Infra-estruturas dos vários países, a realizar em Montevideo, em Novembro próximo, para definir um programa de obras de carácter continental.

Os chefes de Estado acordaram igualmente constituir um fórum consultivo (com participação ministerial e empresarial) destinado a identificar projectos de infra-estruturas à escala regional, bem como realizar estudos conjuntos sobre os aspectos ambientais e de sustentabilidade social destes projectos, com o objectivo

de captar investimentos privados para o seu financiamento. Ainda neste âmbito, os Presidentes aprovaram um Programa de Acção concebido pelo BID que contempla uma lista de obras para a integração da infra-estrutura regional (gasodutos, instalações hidro-eléctricas, rodovias, ferrovias, etc.), com um investimento previsto de 125 mil milhões de dólares, a realizar num período de cinco anos.

Por outro lado, o Brasil anunciou a criação de um programa para a área da informação, conhecimento e tecnologia, mediante o estabelecimento de um fundo sul-americano destinado a fomentar as actividades de cooperação científica e tecnológica na região. Neste sentido, foi igualmente anunciada a realização de uma reunião dos ministros de Ciência e Tecnologia, e de outros envolvidos em projectos conjuntos.

O Plano Colômbia foi outro tema que mereceu grande destaque nesta cimeira. Embora o Presidente Cardoso tenha manifestado o seu apoio a este plano anti-droga, ficaram patentes na reunião as fortes reticências dos países fronteiriços com a Colômbia devido, sobretudo, às eventuais implicações da intervenção militar norte-americana contemplada na execução do plano. No entanto, e de um modo geral, o Comunicado de Brasília assume o compromisso de reforçar a cooperação regional na luta contra o narcotráfico, tráfico de armas e lavagem de dinheiro.

O comunicado estabelece ainda a necessidade de garantir eleições livres e transparentes, salientando que os países que não respeitem a democracia e o Estado de Direito não poderão participar nas futuras cimeiras sul-americanas (de referir que o Presidente peruano, Alberto Fujimori, não se inibiu de subscrever esta cláusula...)

Apesar da unidade económica e geopolítica da América do Sul ser ainda uma realidade distante, esta cimeira mostrou que existe uma vontade política dos líderes da região para progredir nesta direcção.